



## **Sensibilização Turística: Aporte à Valorização da Cultura Local e à Promoção Turística**

Fernanda Costa da Silva<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

**Resumo:** Como evidência da acuidade de se envolver a comunidade anfitriã no processo de planejamento turístico, este artigo elucidará articulações possíveis para o incremento do Turismo Cultural, utilizando-se como estudo de caso do município de Pelotas/RS, Brasil. As ações referem-se ao Projeto Colorindo Pelotas, criado em 2007, pela então Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer (STE), com o objetivo de promover sensibilização turística a crianças. Como resultados, no período entre 2007 e 2008 o Projeto atendeu 91 escolas da rede pública municipal, 916 crianças e 54 eventos. Em adição, sua execução possibilitou depreender a percepção dos usuários acerca dos bens culturais ofertados à demanda turística, corroborando para um melhor planejamento turístico da cidade.

**Palavras-chave:** Turismo Cultural; Patrimônio; Planejamento e gestão; Sensibilização; Pelotas.

### **Introdução**

Em relação ao segmento turístico denominado de Cultural, sabe-se que ele é uma realidade mais bem estabelecida nos centros urbanos, nos quais seus planejadores e gestores veem, a partir dele, a possibilidade de otimizar a oferta turística sem, com isso, descaracterizá-la para o recebimento da demanda pretendida. Ao mesmo tempo, cria-se aí a possibilidade de agregar os aspectos culturais intangíveis, então as características da comunidade anfitriã, também como parte dos produtos turísticos ofertados. Assim, a boa prática do desenvolvimento do Turismo Cultural em uma cidade depende, muito em parte, da aceitabilidade da comunidade receptora em relação ao desenvolvimento do turismo, bem como do entendimento de sua importância para o turismo a ser estabelecido em sua própria cidade.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo, formada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), em 2006; Diretora Municipal de Turismo de Pelotas, entre os anos de 2006 e 2008. Experiência em planejamento urbano e regional, produção cultural e de eventos, tendo atuado no setor turístico, também, como Orientadora de Aprendizagem e Coordenadora Pedagógica, em projetos para Ministério do Turismo e Ministério do Trabalho e Emprego, respectivamente.



Uma vez que a comunidade anfitriã em um polo receptor de fluxo turístico é afetada com o desenvolvimento das atividades deste setor, seu planejamento deve ser embasado na consulta aos residentes (MASINA, 2002). Essencialmente porque, tal como aponta Santos (1988), as relações espaciais, apesar de reais e indispensáveis, tendem a ser práticas do inconsciente e, dessa forma, a maioria das pessoas costuma saber mais sobre seus espaços cotidianos do que é capaz de reconhecer e processar conscientemente. Ou seja, a cidade é fruto de seus cidadãos, que não apenas usam o espaço, mas que também sabem fazê-lo, ainda que de forma indireta. Em adição, uma vez que as políticas públicas devem ser a tradução das decisões governamentais em relação às necessidades da sociedade civil local, é imprescindível a compreensão, por parte dos gestores, de que os espaços destinados ao turismo dependem diretamente das políticas públicas, oriundas do planejamento do município alicerçado junto à comunidade (ASHTON, 2009).

Nesse contexto, Bento (2003) indica ser necessário que se instaure uma meta-regulação, na qual a orientação política, os objetivos e os indicadores negociados pelo Estado sejam construídos democraticamente com a sociedade, cuja participação nos processos de planejamento, segundo França (2010, p. 30), só é possível mediante a informação que os cidadãos adquirem acerca de seu espaço e das intervenções que nele ocorrem. A esse respeito, o autor expõe que o “efetivo esclarecimento (...) é pressuposto democrático e, conseqüentemente, de controle da Administração Pública, em razão de seu papel para a racional atuação do homem social”. Dessa forma, o conhecimento dos projetos do setor público, levados aos cidadãos, são pressupostos de um Estado democrático que de fato leve em consideração a importância dos usuários quando da tomada de decisões de planejamento e gestão.

Pelo exposto, este artigo elucidará exemplo de ações possíveis para se promover sensibilização da comunidade anfitriã em relação ao fenômeno turístico, através de projeto passível de ser aplicado, pelo poder público, visando a participação da comunidade no planejamento de uma cidade cujo nicho de mercado turístico esteja centrado no segmento Cultural. Objetiva-se evidenciar que o poder público deve atender aos anseios e ao entendimento da comunidade local em relação ao fenômeno turístico, para que este seja estruturado de maneira responsável. Concomitantemente, busca-se ratificar que planejadores municipais devem levar informações aos residentes, acerca do fenômeno turístico pretendido pela localidade, posto que a comunidade anfitriã é parte



ativa no processo de recepção de fluxos e da promoção não apenas das grandes cidades, mas de qualquer centro urbano. Para tanto, este trabalho apresentará ações de projeto de sensibilização turística denominado Colorindo Pelotas, criado em julho de 2007, pela então Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer (STE) – atual Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET). O período compreendido pela análise abarca especialmente os anos de 2007 e 2008, dando breve conjuntura atual do Projeto, o qual ainda encontra-se em execução naquele município.

### **Planejamento urbano e turístico**

O planejamento urbano é de conceituação precisa difícil e seu teor vem sendo estudado sob diversos prismas, buscando-se evidenciar seus principais aspectos de acordo com a realidade à qual se aplica. Suas fases de desenvolvimento ao longo dos séculos XX e XXI demonstram distintas formas de aplicação, refletidas na maneira de organização ambiental, e ainda que advindos de décadas anteriores à atual, estudos acerca de planejamento urbano, bem como seus resultados conceituais, são perfeitamente conectados com a realidade contemporânea desta matéria.

Nesse sentido, Kohlsdorf (1976), já na década de 70, tratava do planejamento como algo dinâmico, histórico e processual. De uma forma geral, a autora afirma que o planejamento no âmbito das cidades surge como uma forma de promover o desenvolvimento, sendo uma atividade política. Para Cintra (1974), o planejamento não pode ser desenvolvido sob uma ótica unicamente racionalista e tecnocrata das cidades, uma vez que elas são mais do que localizações e estruturas físicas, concretizando-se por reflexos de comportamentos coletivos e sistemas de atividades. Nessa perspectiva, os principais atores dessas cidades, seus moradores, são aqueles que não apenas devem, mas que também sabem fazer a cidade.

Em relação à especialidade do planejamento turístico, em linhas gerais, tem-se que ele determina etapas necessárias para se chegar a resultados específicos, estando no âmbito de uma planificação temporal, ou seja, ocorrendo em um período determinado, sendo, portanto, de caráter dinâmico e flexível, devendo-se ajustar a qualquer modificação do mercado e do meio turístico. Por isso, ele se insere, concomitantemente, em um



contexto de planejamento global, e em um contexto de gestão nacional e regional (MASINA, 2002).

O alcance das metas de planejamento turístico cabe ao Estado, o qual deve zelar por este planejamento, através da adoção de políticas e da legislação necessária ao desenvolvimento de infraestrutura básica do setor, a fim de se proporcionar benefícios aos residentes e aos turistas. Não obstante, ainda que não vise lucros, o Estado tem a responsabilidade de viabilizar condições para captação de recursos e obtenção de crédito (idem, p. 67-68), além da provisão da infraestrutura básica de uma localidade que se pretenda turística. Acerca da acuidade de se planejar o espaço que almeje fluxo turístico, Ribeiro salienta que:

É importante reiterar que a valorização do espaço urbano, através de ações de planejamento, pode evitar impactos negativos, envolver populações, conservar ambientes naturais e artificiais, e ainda, promover a integração social associada ao lazer e bem estar da cidade como um todo (RIBEIRO, 2006, p. 320).

Substancialmente, não basta, portanto, se construírem ambientes de qualidade. Importa, indiscutivelmente, o modo como os espaços são geridos (SHAFTOE, 2008). Por conseguinte, não há razão em alicerçar um planejamento que não considere as impressões e as formas de apropriação, por parte dos usuários – em especial dos residentes –, em relação aos espaços ofertados a eles no âmbito do domínio público. É a partir do entendimento dos processos de percepção desses usuários em relação ao meio ambiente que se poderão fornecer espaços bem planejados, sem os quais, provavelmente, haja direcionamento para uma conjuntura de segregação, intensificando o processo de construção de não-lugares (AUGÉ, 2000).

### **Turismo Cultural no contexto do planejamento urbano**

As cidades são “por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo” (PESAVENTO, 2007, p. 14). Lynch (1960) ainda aponta que a cidade não é apenas um objeto perceptível por milhões de pessoas com os mais variados tipos de personalidades, mas também é produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura por razões particulares. Essas modificações agregam em si as premissas, os valores, juízos e as experiências de seus



atores. A reunião desses elementos acarreta em um conjunto de visões, que, emitidos por uma coletividade, formam uma identidade de grupo, chamada aqui de “memória coletiva” (BELLO, 1997).

A memória coletiva ocorre sem que, necessariamente, haja ligação direta entre as pessoas que compartilham um espaço. Sua efetivação pode ser percebida, por exemplo, em como um local é interpretado da mesma maneira por indivíduos caracterizados como pertencentes a grupos sociais distintos. Uma mesma memória coletiva pode ratificar um uso original atribuído a um espaço ou, ainda, reorganizar sua utilização em torno das novas necessidades e significações verificadas pelos usuários.

Acerca da memória coletiva, pode-se afirmar que ela confere, a um mesmo centro urbano, diferentes significados de maneira simultânea, para grupos sociais distintos. As cidades são fruto de elaborações reais, concretas, mas também de representações subjetivas, o que lhes confere uma variada gama de papéis e funções, que formam a identidade de um meio urbano (BELLO, 1997). No que se refere ao consumo dos produtos de cultura no meio urbano – em especial ao produto turístico –, pode-se afirmar que suas motivações são diversas, não estando ligadas somente a necessidades, mas a símbolos materiais e imateriais, provenientes da emoção (NUSSBAUMER, 2000). Assim, percebe-se que no turismo urbano são consumidos essencialmente os patrimônios culturais, os quais constituem de bens tangíveis e intangíveis, “e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos” (BARRETTO, 2000, p.11).

Por isso, por Turismo Cultural entende-se toda a atividade turística cuja principal atração e, portanto, motivação de viagem, não reside na natureza, mas nas questões características às manifestações humanas, seu conjunto cultural ou parte dele. Alguns autores, como Gastal (2002, p. 125), sinalizam ser a cultura um dos principais insumos do fazer turístico, uma vez que ela incorpora a noção de aglutinadora da vida em sociedade e é através da ação e dos bens culturais que a materializam que visitantes e visitados constroem suas trocas.

Nessa perspectiva, para Castrogiovanni (1999, p.23), a cidade deve ser vista como uma representação da condição humana, a qual se manifesta por meio da arquitetura em si e da ordenação dos seus elementos: fixos e dinâmicos. Os elementos fixos – referenciais físicos – podem ser entendidos como marcos culturais materiais, representações sociais



das especificidades do local, ao passo que os elementos dinâmicos – fluxos – dão vida aos primeiros e são representados pelos turistas e pela população local, por exemplo, não se constituindo apenas em observadores, mas em grupos de interação, parte ativa das cidades (CASTROGIOVANNI, 2004).

Pelo exposto, ao se relacionarem cidade e imaginário social, tem-se que esta é, simultaneamente, pano de fundo e agente ativo para a sociedade. Isso porque, além de ser entendida como um objeto, ela pode ser considerada “como um espaço abstrato, de produção e expressão do imaginário social enquanto lugar da concentração de representações e significados” (BELLO, 1997, p.8), constituindo-se, por isso, em matriz do real e em projeção da metáfora, sendo, ao mesmo tempo, fonte e produto. Nesse sentido, pode-se afirmar que existem, paralelamente, uma cidade real, com linhas urbanas definidas, e outra proveniente do imaginário – individual e coletivo –, formada por valores subjetivos, construídos e sustentados a partir da esfera da “cidade real”. Entender a cidade consiste, pois, em analisarem-se seus meios tangíveis e intangíveis, expressos, respectivamente, por sua estrutura e pelo seu imaginário social. Nessa perspectiva, o entendimento da representação dos bens culturais de uma cidade, por parte dos residentes, é trabalho imperativo a ser aplicado pelo poder público, como pressuposto a um planejamento urbano e turístico responsáveis.

### **Estudo de caso: Pelotas<sup>2</sup>**

Pelotas é o terceiro município mais populoso do Rio Grande do Sul, distante 255 km da capital do estado, Porto Alegre. Sua primeira referência histórica é de 1758, quando Gomes Freire de Andrade fez doação de terras às margens da Lagoa dos Patos para Coronel Thomáz Luiz Osório. Nessas terras ganharam abrigo os habitantes da Vila Rio Grande, refugiados da invasão espanhola em 1763. Mais tarde, em 1777, juntaram-se a eles os retirantes da Colônia de Sacramento.

Em 1780, abandonando o Ceará em decorrência da seca, José Pinto Martins fundou a primeira Charqueada, às margens do Arroio Pelotas, dando início à tradição saladeril<sup>3</sup> e

<sup>2</sup> Os dados expressos nesta seção do artigo foram consultados: a) na obra Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas - 1777-1888, de Ester J. B. Gutierrez; e b) no site da Prefeitura Municipal de Pelotas (<http://www.pelotas.com.br>).

<sup>3</sup> “Saladeril” é o termo utilizado para a indústria de produção do charque.

impulsionando o crescimento demográfico e comercial da região. Com a prosperidade, o território ganhou status de Freguesia de São Francisco de Paula, em 07 de julho de 1812 e, em 1832, a Freguesia foi elevada à Vila. Três anos mais tarde, a Vila obteve status de cidade, ganhando a denominação atual, advinda da referência das embarcações de varas de corticeira forradas com couro, usadas para travessia dos rios na época em que as charqueadas mantinham atividade.

Considerada por muitas décadas o centro econômico e sociocultural do Rio Grande do Sul, período em que ganhou a alcunha de “Princesa do Sul”, Pelotas deve sua prosperidade especialmente à indústria do charque, a qual possibilitou investimentos da classe abastada principalmente na região central cidade, percebidos até hoje pelos legados em sua arquitetura. A cidade tornou-se patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul, devido à forte influência europeia edificada, a qual se concretiza como um dos maiores conjuntos de estilo Eclético do Brasil, em quantidade e qualidade, com mais de 1300 prédios inventariados (Figura 1).

Figura 1 – Conjunto arquitetônico em estilo Eclético na Praça Cel. Pedro Osório, Pelotas/ RS.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2007.

Atualmente, o município desenvolve-se com base na indústria e na pecuária, sendo expressivo também seu comércio, polo na Região Sul, com empresas de portes variados. Essa conjunção de legados históricos, com influências diversas expressas até hoje na



cultura dos pelotenses, bem como a diversidade econômica, refletem no fluxo turístico da cidade, o qual é motivado especialmente por seus aspectos culturais.

### **Projeto Colorindo Pelotas: aplicação e resultados**

Em 2005 Pelotas passou a contar com uma secretaria direcionada especificamente para as demandas do turismo, a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer – STE<sup>4</sup>. Assim, o segmento passou a ganhar mais importância em relação aos investimentos e trabalhos desenvolvidos naquela cidade, mesmo tendo esta Secretaria uma das menores verbas destinadas pela Prefeitura. Entendendo ser o Turismo Cultural um dos mais expressivos da cidade, a STE passou a traçar, periodicamente, conjunto de ações advindas de planejamentos trimestrais e bimestrais para incrementar tal segmento.

Oriundo do Departamento de Esportes da STE, o Brincando na Comunidade era projeto que, até 2006, consistia na promoção do lazer e incentivo à prática esportiva entre crianças e adolescentes, sendo aplicado de forma itinerante, em diversos bairros do município. A partir de 2007, entendendo a necessidade de incluir o turismo como parte importante no projeto em questão, especialmente pelo público alvo que abrangia, o Departamento de Turismo daquela Secretaria passou a desenvolver atividades de lazer correlatas ao turismo de Pelotas durante as incursões do Brincando na Comunidade.

A primeira ação integrada do Departamento de Turismo ao Departamento de Esportes, em abril de 2007, foi um piloto para o que se tornaria, posteriormente, o Colorindo Pelotas. Sua aplicação deu-se com a distribuição de material impresso, em formato de folheto, aos responsáveis por crianças e adolescentes presentes nas edições do Brincando na Comunidade. Como forma de abranger não somente os adultos, o material apresentava figuras em preto e branco, cuja proposta era a pintura, como forma de atividade lúdica ao público infantil (Figura 2). Dessa maneira, tanto adultos como crianças estariam contemplados por uma mesma ação de sensibilização para o fomento ao turismo pelotense.

Sobressaindo-se o interesse das crianças pela atividade de pintura daquele material, no mesmo ano, o Departamento de Turismo iniciou processo de confecção de figuras em preto e branco, representativas de marcos referenciais tidos como turísticos de Pelotas,

---

<sup>4</sup> Até o ano de 2004 as demandas turísticas de Pelotas eram atendidas pelo Departamento de Turismo, alocado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE. A partir de 2011, SDE e STE foram agrupadas, formando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SDET.



portanto ofertados como parte de produtos a uma demanda consumidora externa. Impressos em folha A4, as imagens foram acrescidas de informações básicas, como curiosidades, fatos históricos e dados gerais dos pontos. Essas informações, adicionadas às figuras, serviam de aporte a uma aplicação orientada do Projeto, a qual previa conversa com as crianças durante o processo de pintura, como forma de se depreender, substancialmente: a) se as crianças conheciam a localização dos pontos referenciados pelas ilustrações e/ou se já haviam estado nos lugares ilustrados; b) o envolvimento identitário das crianças com os pontos turísticos representados graficamente; e c) o entendimento do público alvo em relação à importância de se preservar os patrimônios referenciados pelas imagens. Não obstante, buscava-se entender se a oferta à demanda turística externa condizia com o que os residentes entendiam como significativos em sua estrutura urbana, ou se outros símbolos deveriam ser abordados enquanto expoentes culturais turísticos, por parte do poder público.

O Projeto foi lançado em julho de 2007, na 15ª Feira Nacional do Doce de Pelotas (Fenadoce), durante a ocupação da STE no estande da Prefeitura Municipal (Figura 3). Além dessa ocasião, o Colorindo Pelotas passou a acompanhar o Brincando na Comunidade enquanto ação permanente. O Projeto também passou a ser aplicado em programas comunitários e atividades festivas da Prefeitura Municipal<sup>5</sup>, como o Fala Pelotas, o Programa de Prevenção à Violência, a Semana de Pelotas e a Semana do Turismo de Pelotas, entre outros eventos e programas<sup>6</sup>. Como forma de reforçar seu teor pedagógico, as imagens também foram postas à disposição para distribuição em escolas, de forma gratuita, como atividade complementar em disciplinas que os professores achassem pertinente abordar a sensibilização para o turismo e a preservação patrimonial.

<sup>5</sup> Para informações acerca dos projetos citados da Prefeitura Municipal de Pelotas indica-se acesso ao site <<http://www.pelotas.rs.gov.br>>.

<sup>6</sup> Para averiguar amostra de repercussão correlata ao Colorindo Pelotas, os sites a seguir estão disponíveis para consulta: <[http://www.riogrande.com.br/pelotas\\_colorindo\\_pelotas\\_e\\_a\\_conscientizacao\\_de\\_preservar-o137629.html](http://www.riogrande.com.br/pelotas_colorindo_pelotas_e_a_conscientizacao_de_preservar-o137629.html)>; <<http://www.pelotas.com.br/noticia/noticia.htm?codnoticia=14826>>.

Figura 2 – Folheto piloto de sensibilização ao turismo.



Figura 3 – Composição de imagens: Colorindo Pelotas na 15ª Fenadoce.



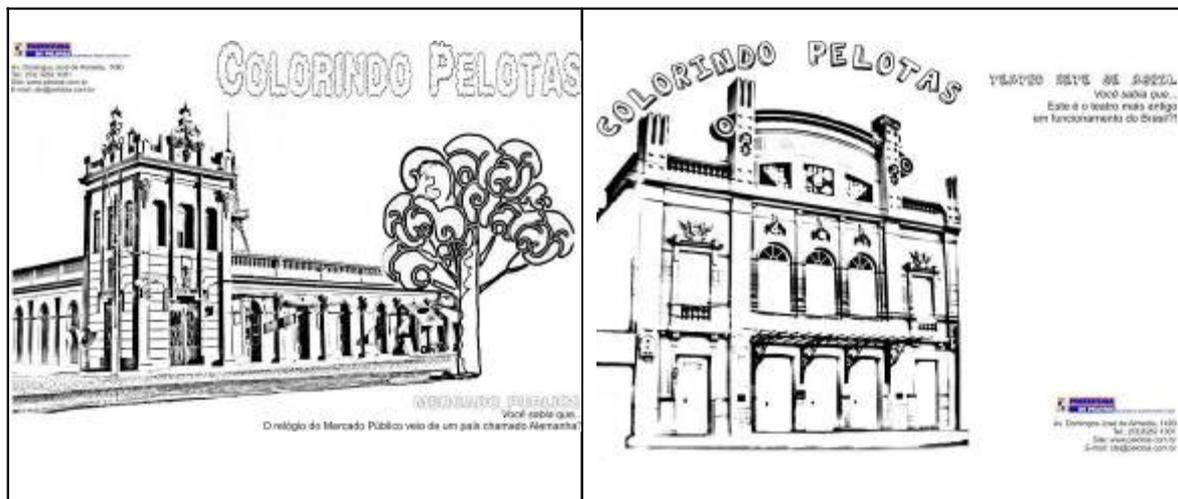
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2007.

Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2007.

Inicialmente, o Colorindo Pelotas ofertou sete ilustrações (Figura 4), chegando a atingir, em etapa mais avançada, cerca de 15 variações de desenhos, entre os materiais em produção e os já em circulação. No que tange aos resultados quantitativos, o Projeto distribuiu, em 2007, 250 cópias. E, em 2008, foram 416 cópias distribuídas. Ao todo, durante seus dois primeiros anos, o Colorindo Pelotas abrangeu 91 escolas da rede pública municipal, 916 crianças e atendeu a 54 eventos. A criação de todas as

ilustrações foi realizada por equipe da STE e a confecção e aplicação do material sucederam-se com verba da própria Secretaria, sem apoios ou patrocínios.

Figura 4 – Composição de imagens: exemplares de ilustrações do Colorindo Pelotas



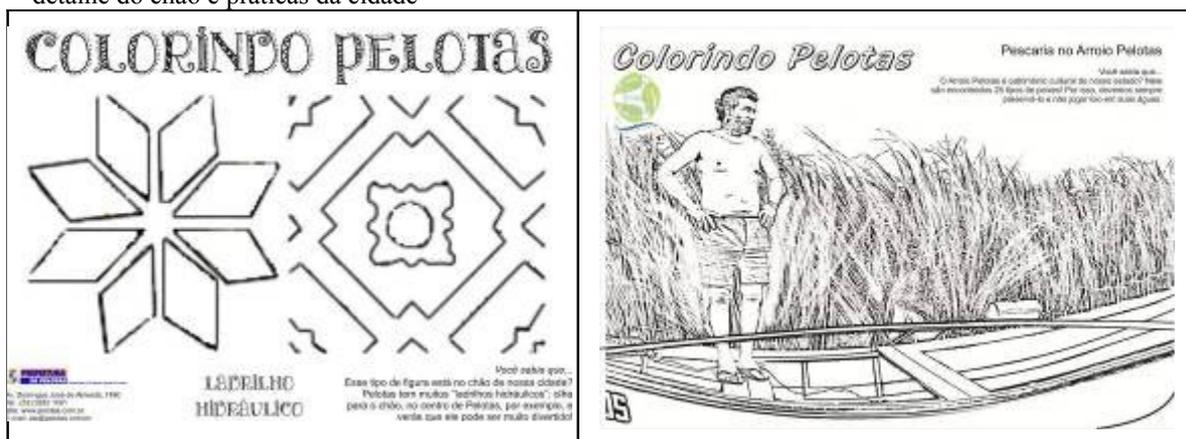
Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2007.

Em relação aos resultados qualitativos, as aplicações do Colorindo Pelotas tornaram possível a compreensão da necessidade de diálogo entre poder público e comunidade anfitriã para reorganização de oferta turística, na medida em que expressiva gama de moradores contemplados pelo projeto em questão não demonstrou ciência dos ícones turísticos da cidade, tal como eram apresentados à demanda externa. Constatou-se, em primeira instância, que quanto mais distantes da região central da cidade, onde se localiza maior parte do patrimônio edificado inventariado, tanto menor era o conhecimento, por parte das crianças moradoras do município, acerca do patrimônio material apresentado como integrante do segmento de Turismo Cultural de Pelotas. Isso posto, evidenciou-se que para os diferentes núcleos de comunidades daquele município o patrimônio em questão, vendido aos turistas como produto, adquiria significados diversos e, por muitas vezes, sequer representava alguma ligação identitária com os residentes, não estando inserido, portanto, na memória coletiva de alguns grupos de moradores.

Partindo-se dessa constatação, o teor pedagógico do Colorindo Pelotas adquiriu maior destaque, de maneira que a equipe da STE intensificou as conversas orientadas no decorrer das aplicações, no sentido de informar ao público alvo do Projeto as

informações geográficas, históricas e culturais que aqueles elementos a serem coloridos representavam na sociedade de Pelotas, ao longo dos séculos, bem como no momento presente à aplicação do Projeto. Em adição, houve a preocupação de não somente apresentar edificações da região central de Pelotas, como também os detalhes das próprias ruas da cidade e de outras de suas construções, como as localizadas em zonas mais periféricas. Não obstante, a figura humana, as práticas culturais e o patrimônio natural da cidade também passaram a ser contemplados pelo Colorindo Pelotas, como forma de promover melhor identificação das crianças com o conteúdo do Projeto e da própria cidade, apresentando-lhes, assim, variedade de assuntos correlatos ao saber fazer daquela sociedade (Figura 5).

Figura 5 – Composição de imagens: exemplares de ilustrações do Colorindo Pelotas em sua 2ª etapa, com detalhe do chão e práticas da cidade



Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008.

A série de novas ilustrações, somadas às já existentes, teve expressiva aceitação e possibilitou aproximação mais efetiva do Projeto em relação às crianças. E, em decorrência de tal aceitação, o Colorindo Pelotas adquiriu ampla repercussão e pode ser mais vastamente distribuído a programas, escolas e projetos afins ao tema. Com a continuidade dos trabalhos, reforçou-se a ideia de que o conhecimento acerca do patrimônio da cidade, por parte dos moradores, era fator imprescindível para sua preservação. Em adição, depreendeu-se que era imperativo incluir, nas ações turísticas de divulgação da cidade à demanda externa, lugares tidos como relevantes por diferentes grupos sociais, portanto não apenas o patrimônio edificado da zona central. Em igual patamar, ações cotidianas da comunidade anfitriã mereciam divulgação aos



turistas, como forma de promoção da cultura local e legitimação identitária dos residentes, buscando-se, também com isso, fomentar interações mais harmônicas entre visitantes e visitados.

Atualmente<sup>7</sup>, o Colorindo Pelotas ainda está em execução, de forma independente, mas também inserido no Brincando na Comunidade. O Projeto é hoje aplicado pelo Departamento de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Pelotas e seu teor pedagógico ainda serve como norteador para a promoção do planejamento responsável do turismo no município, visando, sobretudo, a sensibilização para o turismo em relação à comunidade local.

### **Considerações Finais**

O turismo receptivo, ao contrário do que prevê uma visão estritamente economicista do segmento, não pode ser somente embasado na oferta do setor privado. Antes, deve pressupor uma infraestrutura municipal de qualidade, desenvolvida a partir de planos de trabalho, oriundos de um planejamento no qual há espaço para o diálogo entre o Estado e a sociedade civil. Contemporaneamente, tal compreensão da importância dessa dinâmica de planejamento urbano é necessária, tanto por parte dos moradores, como por parte dos gestores das cidades que se pretendem turísticas.

Nesse contexto, o estudo de caso aqui exposto evidencia uma ação democrática de um governo municipal, através da qual a participação dos residentes tornou o processo de planejamento turístico mais adequado à realidade local, ao mesmo tempo em que a ação de um órgão do governo levou informação acerca da própria cidade para seus moradores. Dessa forma, corroborou-se tanto para o entendimento do fenômeno turístico da cidade, e, portanto da aceitação deste como importante no contexto urbano, como foi possível disseminar informações acerca do patrimônio cultural local, então para ciência dos moradores.

O Colorindo Pelotas foi aqui ilustrado como um dos projetos, entre tantos outros possíveis de serem desenvolvidos no contexto turístico nacional, para a promoção de um turismo que vise a sensibilização local e a estruturação responsável dos fluxos de visitantes. Não obstante, os resultados do Projeto em questão ratificam as teorias que afirmam ser relevante a análise da memória coletiva de uma comunidade, quando se

---

<sup>7</sup> Para acompanhamento ao andamento atual do projeto, os seguintes sites estão disponíveis para consulta: <<http://www.pelotas.rs.gov.br>>; <<http://www.pelotasturismo.com.br/noticias>>.



estrutura um conjunto de ações, as quais afetam tanto os bens físicos como os usuários de um espaço, sejam eles residentes ou turistas.

Em adição, o estudo de caso salienta o caráter pedagógico capaz de ser desenvolvido pelo segmento turístico. Assim, destaca-se não somente a importância econômica do setor, como usualmente ocorre, mas evidencia-se a relevância de sua influência para a cultura local, abrangendo-se, então, a possibilidade de levar ao cidadão o acesso à educação, ao lazer e à participação na vida política de sua cidade.

Salienta-se, por fim, que mesmo com reflexos tão importantes e profundos na economia e na vida social de uma comunidade, é possível implementar-se um projeto, tal como o Colorindo Pelotas, independentemente de investimentos monetários expressivos, por parte do governo. Não se afirma, porém, que os investimentos não são necessários. Substancialmente, ratifica-se que projetos de sensibilização devem embasar-se, primeiramente, em um corpo técnico capacitado e em uma estrutura de aplicação coerente com a realidade local. E, no decorrer de sua aplicação, é necessário não se perder a perspectiva de que a participação da comunidade local é norteadora para uma base turística bem planejada, especialmente quando se estiver lidando com bens culturais enquanto atrativos a uma demanda externa.

## Referências

ASHTON, Mary Sandra Guerra. Espaços de turismo, esporte e lazer destinados a visitantes e residentes. **Efdeportes**. Buenos Aires, Janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd128/espacos-de-turismo-desporte-e-lazer-destinados-a-visitantes-e-residentes.htm>>. Acesso em: 04 de maio de 2011.

AUGÉ, Marc. **Los “no lugares”, espacios del anonimato: una antropología de la sobremodernidad**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.



BELLO, Helton Estivolet. **O ecletismo e a imagem da cidade: caso de Porto Alegre.** 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado:** entre eficiência e democratização. Barueri, SP: Manole, 2003.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GASTAL, Susana. (Org.). **Turismo urbano:** cidades, sites de excitação turística. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1999.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GASTAL, Susana. (Org.). Existe o espaço turístico? In: **Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul, 2004. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2004. v.1 CD-ROM.

CINTRA, Antônio Octávio. Notas sobre os condicionantes políticos do planejamento urbano. In: **Cadernos DCP (2)**, Belo Horizonte, UFMG, 1974, p. 115-138.

FRANÇA, Phillip Gil. **O controle da Administração Pública:** tutela jurisdicional, regulação econômica e desenvolvimento. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GASTAL, Susana (Org.). **Turismo:** 9 propostas para um saber-fazer. 3ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e Sangue:** mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas – 1777-1888. Pelotas: Editora Universitária, UFPEL, 2004.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Planejamento urbano no Brasil: um esboço histórico.** Brasília: PPG, Faculdade de Arquitetura, UnB, 1976, p. 1-29.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Lisboa: Edições 70, 1960.

MASINA, Renato. **Introdução ao estudo do turismo: conceitos básicos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **O mercado da cultura em tempos (pós)modernos**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun/jun. 2007.

RIBEIRO, Renata M.; SILVEIRA, Marco Aurélio T. Planejamento urbano, lazer e turismo: os parques públicos em Curitiba - PR. **Turismo – visão e ação**, Camboriú, v.8, n.2, p. 309-321, maio/ago. 2006.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SHAFTOE, Henry. **Convival urban space – creating effective public spaces**. Londres: Earthscan, 2008.